



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Serra, Ordep; Volpini, Lorena
CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA FRIA
Caderno CRH, vol. 29, núm. 76, enero-abril, 2016, pp. 119-131
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347645346008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA FRIA

Ordep Serra*
Lorena Volpini**

Os autores discutem o conceito de vulnerabilidade e o aplicam ao horizonte da política, propondo tratar de vulnerabilidade política e relacioná-la com o que chamamos de “violência fria”, ou seja, aquela que os agentes conseguem blindagem institucional de modo a reduzir o anular sua impetabilidade, por conta da dilatação dos efeitos da ação predatória e da impessoalidade da sua relação com as vítimas, mas também por via de pressões sobre governos e agências de controle. A propósito, discutem a problemática da cidadania em quadro de grandes desigualdades e examinam fatores que ornamento populações mais ou menos vulneráveis politicamente e danos socioambientais. Entre esses fatores, consideram a manipulação do planejamento urbano e regional com a limitação de seu caráter participativo e ineficiências de interesses privados na máquina pública, nesse *poli-y-making*. A propósito, examinam também a recorrente confusão proposital entre ‘interesse de governo’ e ‘interesse público’.

PALAVRAS CHAVE: Violência fria. Vulnerabilidade. Planejamento. Cidadania. Desigualdade.

Para explicar o que entendemos por “*violência fria*”, tema central deste artigo, temos de esclarecer o que chamamos de *vulnerabilidade política*, pois as duas coisas estão intimamente ligadas. O primeiro passo indispensável é precisar em que sentido empregamos o termo substantivo da expressão grifada. Se quisermos defini-lo de forma a torná-lo operacional em termos analíticos, temos de limitar o alcance. Tomada *lato sensu*, a condição de vulnerabilidade tem abrangência tal, que torna impossível aplicá-la de modo distinto às ações humanas particulares. O motivo é claro: em princípio, todos somos vulneráveis. Invulnerável não há ninguém. Como dizia Guimarães Rosa, “viver é muito perigoso”. A nós, humanos, bem cedo nos despara o sentido da derrelição.¹

Temos, pois, de começar resringindo. Só vamos falar de “vulnerabilidade” em termos relativos. Usaremos esse nome para designar a exposição a riscos em princípio evitáveis, ou, pelo menos, controláveis, mas que, de fato, escapam, ou podem escapar, ao controle dos sujeitos, incidindo em circunstâncias a que eles não podem se furtar facilmente e em meios dos quais não têm como desligar-se sem grandes perdas. Dano reconhecido inevitável não constitui propriamente risco. A inevitabilidade da morte como destino último de qualquer vivo é um dado absoluto, não relativo: não torna, *per se*, um mortal mais vulnerável que o outro. Mas consideramos vulneráveis aqueles que a morte pode ocorrer em determinadas circunstâncias nas quais os outros se defendem bem da possibilidade do perecimento. O mesmo se

* Universidade Federal da Bahia - UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia e Etnologia.

Endereço: São Lázaro, 197. Cep: 40210-740. Salvador - Bahia - Brasil. ordeperra@gmail.com

** Universidade Federal da Bahia - UFBA. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

Endereço: São Lázaro, 197. Cep: 40210-740. Salvador - Bahia - Brasil. lorennavolpini@gmail.com

¹ Esse sentido nos marca a consciência, que nasce ferida pela inscrição da própria finitude. Segundo Unamuno [1983 (1913)], ela despara no espanto com a descoberta da

morte, fim certíssimo. O golpe que pinge e acorda a consciência manifesta a irônica fragilidade, em contradição com seu privilégio – o reconhecimento de si, o ser para si –, face à “opacidade” cognitiva do mundo físico – vago e cego, mas capaz de aniquilar o “rosear pensante” que lhe acolhe a aparição. Pascal (Pensées, fr. 347) o exprime muito bem. Esse pássaro da consciência se aceneta de um modo especial nas vicissitudes que nos fazem exclamar: derelictos em mundo. A Geworfenheit significa também exposição a riscos que não foram assumidos, marcas necessárias da existência que se apercebe como destino, ou seja, como não escolhida nem “solicitada”.

aplica a morbos e aciden tes. Em s^ma, q^ando se diz q^e ^m gr^po é v^lnerável, es^á implíci^a s^a comparação com o^ros q^e el^dem (podem el^dir) com s^cesso cer^os danos aos q^ais o indigi^ado se mos^ra m^i^o s^sce^ível. De res^o, q^em fala em v^lnerabilidade ^em de dizer a q^e. De novo, isso decorre de q^e, em ^ermos gerais, ^odos somos v^lneráveis a danos diversos, ^an^o conhecidos (o^reconhecíveis) como ignorados, capazes de s^rpreender-nos q^ando se apresen^am.

Cabem ainda o^ras res^rições para q^e o concei^o f^ncione em q^adro his^órico e seja sociologicamen^e ú^il: deve referir-se a riscos q^e, por ^m lado, não são ass^midos de propósi^o e q^e, por o^ro, ^ranscendem a margem de ^olerância admi^ida no código c^l^ral do gr^po ameaçado. Correr riscos, acei^os de forma esclarecida, pode ser ineren^e a prá^icas e ofícios acei^os, reconhecidos. A margem de ^olerância q^e lhes corresponde varia ^ransc^l^ramen^e.

Sendo ^m processo, a v^lnerabilidade ^em ^ma dinâmica: pode a^men^ar o^dimin^ir por con^a de fa^ores variáveis. En^re esses fa^ores, des^acam-se o gra^de percepção dos riscos e de s^a e^iologia por par^e de q^em é afe^ado, o vol^me de rec^rsos disponíveis para fazer-lhes face, o *quantum* e o ^empo de exposição e^c. Q^ando sobre a q^alidade de vida dos s^jei^os pesam ameaças relacionadas com governança e dis^rib^ição do poder na sociedade, cabe falar em v^lnerabilidade polí^ica.

Precisemos melhor. O simé^rico de *vulnerabilidade* vem a ser *segurança* (o^ro ^ermo de alcance rela^ivo). Na abordagem da problemá^ica q^e envolve esses dois opo^os, empenham-se diferen^es disciplinas q^e focalizam, en^re o^ras coisas, processos a^inen^es à saúde cole^iva, ao con^role da violência e à prevenção (o^a^en^ação) de calamidades na^ais. Sobre^do (mas não somen^e) q^ando se ^ra^a de v^lnerabilidade polí^ica, impõe-se ^ambém levar em con^a as garan^ias de permanência do gr^po focalizado no espaço q^e considera se^erri^ório, com a preservação de se^s in^eresses e valores, assim como a man^

enção de s^a capacidade de reprod^ção social e biológica. É cer^o q^e essas condições de seg^rança podem ser limi^adas (o^mesmo ^ornadas n^las) por ca^as^rofes na^ais. Todavia fa^ores an^rópicos podem prod^zir o mesmo efei^o. Se as di^as “condições de seg^rança” se mos^ram passíveis de res^rição o^s^pressão por con^a de decisões exógenas, ^omadas longe do gr^po in^eressado, sem o considerar, e sem q^e ele par^cipe do processo, falamos de *vulnerabilidade polí^ica*.

“Preservação de in^eresses e valores” vem a ser ^ma condição indispensável para q^e alg^ma seg^rança se verifiq^e, pois, como se sabe, ^ma pop^lação pode ser s^bme^ida a cons^rangimen^os sérios e inj^nções m^i^o limi^adoras em s^a própria ^erra, pode “perder espaço” no se^próprio espaço. Bas^a q^e se pense na condição dos hilo^as, de povos dominados por ^m inimigo opressor e (o^s^bme^idos a violen^a colonização. As pop^lações q^e veem “elei^as” pelos cri^érios do racismo ambien^al para a exposição a condições insal^bres, a resí^dos ^óxicos e^c. se veem na mesma si^ação.

A avaliação da v^lnerabilidade polí^ica exige q^e se dimensione a capacidade de a pop^lação em es^do deliberar sobre o próprio des^ino. Sem isso, ^orna-se impossível falar em ^m bom nível de “desenvolvimen^o h^mano.” Impossível dizer q^e exis^e razoável q^alidade de vida q^ando se experimen^a incer^eza q^an^o ao f^ro; q^ando o gr^po em apreço pode ser compelido a deslocar-se, o^a s^bme^er-se a m^danças socioambien^ais violen^as q^e ^l^rapassem os rec^rsos disponíveis para enfren^á-las; o^q^ando ele seq^er ^em acesso a informações claras e precisas sobre grandes m^danças propos^as – no in^eresse de o^ros – para o espaço onde vive.

No Brasil, pop^lações ^em sido erradicadas, re^iradas de se^s nichos his^óricos, cercadas em se^s direi^os f^ndamen^ais e, por fim, ameaçadas em s^a sobrevivência física, como res^l^ado de deslocamen^o comp^lsório (dire^a o^indire^amen^e impos^o) a q^e, não raro, se somam agressões de ^odo gênero em caso de

resistência maior. Não poucas se veem submetidas a pressões severas para que abandonem o lugar onde vivem o parêntese dele, resistindo enquanto podem. É o que hoje experimenta, por exemplo, a comunidade quilombola de Rio dos Macacos, no município de Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador.

Acontece também que grupos significativos de moradores de uma área tenham deixado a consequência da gentrificação, perdendo qualidade de vida. Também, nesse caso, cabe falar de vulnerabilidade política e, em muitos casos, de violência física.

Essas situações se verificam em nosso país de modo sistemático e repetitivo. Elas têm a ver com o que chamaremos de desorientação da cidadania, com a ausência de freios eficazes para a ganância dos grandes capitais e com a perversão do desenvolvimento do planejamento, em concomitância com vícios na produção de políticas públicas. As comunidades tradicionais e os pobres, em geral, são as maiores vítimas desses processos.

Quanto a “desorientação da cidadania” em nosso país, basta, para caracterizá-la, o que disse o Ministro Joaquim Barbosa, ao tomar posse do cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal: ele acusou a existência de “um grande déficit de justiça entre nós”. De fato, é inegável que, no Brasil, “[...] nem todos os cidadãos são tratados com a mesma consideração quando buscam a justiça. O que se vê aqui e acolá é o tratamento privilegiado.” Mas o que ele disse da justiça pode estender-se a outras áreas de governo. Bem o registro do então Fausto de Sanctis, Desembargador do Tribunal Federal da Terceira Região, em entrevista concedida a *Le Monde Diplomatique* em setembro de 2011: “O Legislativo, quando faz as leis, as faz de forma a privilegiar situações de irresoluções jurídicas, o seja, estabelece códigos, leis e regulamentações complexos em demasia para que, de alguma forma, lá na frente, sejam vendidas facilidades”. O mesmo procedimento é adotado pelo Executivo, como ponderava o citado desembargador: “No Brasil, parece que,

com a justificativa da governabilidade, esses dois poderes [Executivo e Legislativo] se fundiram. E nós temos um Judiciário que, com suas decisões, reafirma esse estado de coisas, preserva a desigualdade” (Brasilino, 2011).

Como bem se vê, ao pensar a cidadania, é preciso abordar as desigualdades fundamentais entre grupos perenes e o mesmo estado-nação mas diferenciados por raça, etnicidade, religião, gênero, orientação sexual etc. Dá-se que determinados segmentos encaram exclusões diversas da participação plena na vida pública, apesar da igualdade formal que a condição de cidadãos lhes atribui, na letra da lei. Por si só, a pobreza exclui da cidadania amplos setores da população.

A contradição da cidadania anda junto com a expansão do capitalismo, diferente da visão de mundo e de movimento político global tendentes a dissolver as fronteiras entre mercado e sociedade civil, esfera pública e comunidade política (Somers, 2008). Essa tendência (global) vai de encontro à privatização, à eliminação de toda forma de regulamentação e, principalmente, à mercantilização de serviços públicos como saúde, educação, controle de poluição, segurança, e ainda considerados por muitos “requisitos não contratuais do bem comum” (Somers, 2008, p. 72).

Desdobramentos desses processos são os casos de grilagem de terras e as políticas de habitação submetidas aos interesses do capital imobiliário, práticas que frequentemente resultam em atos de desapropriação e deslocamento violento de populações urbanas e rurais em função de projetos desenvolvimentistas e de megaprojetos globais. Nesse processo, direitos básicos, como segurança, integridade física e salubridade, entre outros, tornam-se progressivamente bens de mercado, à venda para poucos.

Claro está que isso não acontece apenas no Brasil. Mas, seja onde for, uma coisa é certa: pode acarretar consequências muito graves a situação em que, por um lado, um segmento privilegiado mostra uma extraordinária capacidade de interferência na gestão da coisa pública

blica e, por outro, o controle social das práticas governamentais se verifica falho. Especificamente sobre a crise que abalou a maior economia do mundo tem sido observado que ela foi precedida por um longo e sistemático trabalho de desregulamentação do mercado financeiro, a fim de permitir que alguns grupos e instituições privadas maximizassem seus lucros de modo praticamente infrene.² O descontrole resultante foi terrível para muitos: basta lembrar o pico do desemprego e os efeitos sinistros da explosão da bolha imobiliária. Grande número de cidadãos descobriu-se vulnerável a carências que antes sequer imaginava – e essa insegurança ainda perdura, atingindo vastas camadas da população norte-americana. Muitas pessoas que perderam suas casas no jogo sujo de financiamentos inescrupulosos nem de longe se pensavam que isso poderia acontecer. Descobriram-se vulneráveis *ex post facto*. Foram vítimas do que chamaremos de “violência fria”, como se pode designar aquela cínica atuação das agências conseguindo reverter-se de sua impessoalidade e, assim, blindar-se eficazmente contra a reação dos atingidos, que não confrontam de forma direta. Uma descrição admirável disso se encontra nas páginas de *Vinhas da Ira*, de John Steinbeck – logo no início, quando ele mostra, de forma dramática, o sentimento de impotência de pequenos produtores rurais a quem foram tomadas suas terras, e se acharam obrigados a abandoná-las, não vendo contra quem reagir, nem sabiam como.

Instituições que é necessário levar em conta a violência fria quando se fala de vulnerabilidade, segurança, desenvolvimento. Em geral – embora nem sempre –, ela decorre da abissal ingerência de grupos privados na gestão da coisa pública, com a fragilização dos controles sociais e das próprias normas (via desregulamentação), além do emperramento proposital das agências de fiscalização e regulação. Quando se dá dessa forma – a mais comum –, ela opera necessariamente com limitação de acesso público a informações sobre

planos e projetos, sobre todo o *policy-making*. Sempre acarreta consequências que implicam prejuízos graves para significativas parcelas da população, mas seus protagonistas se empenham na sua camuflagem, na fuga à evidência dos danos que causam e dos direitos que desconsideram. Faz parte de sua estratégia evitar o conflito aberto, tanto quanto possível. É que o conflito manifesto e chocante pode criar a evidência que a ação desejam.

No Brasil, porém, mesmo “a violência fria” pode acontecer-se de forma aberta, combinando-se à coerção direta, aberta e rude, exercida de forma privada (via milícia clandestina, empresas de segurança etc.), o mesmo com o emprego do próprio aparelho de estado para tal fim: não se descarta sequer o uso de força pública para a violação de direitos constitucionais de milhares de cidadãos, conforme se pode ver, por exemplo, no famoso caso da desocupação do bairro de Pinheirinho, da cidade paulista de São José dos Campos, em 2011.³ Dá-se que, neste país, temos violência em todos os graus de emperatura.

A violência fria pode ser exercida por instituições o grupo privado, sem envolvimento do poder público, burlando instâncias de governo, como no caso de indústrias farmacêuticas, que põem à venda remédios inócuos e, desse modo, causam danos severos à saúde de muitos cidadãos, provocando lesões e mortes por via do agravamento profundo de estados mórbidos. A rigor, esse procedimento pode caracterizar-se como homicida. Mas, legalmente, não é fácil fazer com que os autores

³ Em 22 de janeiro de 2012, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, com o concurso de agentes civis, desalojou 1600 famílias do bairro de Pinheirinho, São José dos Campos, usando balas de borracha, agressões e truculência. 205 casas foram demolidas sem que os bens dos moradores fossem retirados. O procurador do Estado de São Paulo, Dr. Márcio Soeiro Felipe, em mero vácuo várias irregularidades no processo de despejo, desafiando o fato de que a reintegração de posse foi concedida sem ter sido solicitada pelo proprietário do terreno ocupado pelas famílias, a massa falida da Empresa Selec, do megaespeculador Naji Nahas. A ordem de desocupação com rito liminar da Justiça Federal que desautorizava o despejo das famílias. A derrubada das casas foi realizada de surpresa, de madrugada, sem o acompanhamento de oficiais de justiça e assistentes sociais. Um grupo de ilustres advogados e juristas formalizou denúncia do abuso à corte internacional da OEA.

² Ver a respeito: Cassidy, 2010. Cf. também Krugman, 2011.

de íais homicídios respondam por eles e sejam efetivamente categorizados como assassinos. Cabe ao Estado impedir que esse tipo de crime aconteça e puni-lo quando ocorre, mas nem sempre isso se verifica de modo satisfatório. Do ponto de vista ético, a omissão do Estado torna cúmplice do crime. Todavia essa implicidade raras vezes é punida o mesmo indivíduo, o categorizada como ilícito.

A violência fria pode efetivar-se por via de práticas de agentes políticos que atuam a máquina de governo com objetivos parciais e, assim fazendo, colocam em risco a população, prejudicam-na de forma grave, por ação ou omissão calculada. Com isso, eles provocam, por vezes, graves danos. Um caso recente foi exposto pelo jornalista Jânio de Freitas, a propósito de agravantes das cheias que fizeram tremendo estrago no Rio de Janeiro:

Em Dique e de Caxias, e sobre tudo em Xerém, na vizinhança do Rio, a enchente trouxe um perigo agravado [...]. Já por um mês antes da chevarada não havia coleta de lixo naquela região de alta densidade populacional. Represália à derrota nas eleições, explica o noticiário. [...] Abandonar a coleta de lixo foi uma atitude pensada e calculada à saúde pública. [...] Semanas antes da enchente, já o noticiário exibiu montes de lixo pelas ruas, a população em desespero incendiando vários deles. A chuva os desmancho e criou uma lama de lixo e contaminações muito maior e mais espalhada do que as enchentes em geral provocam. [...] Mas nada se ouviu sobre ações penais (Freitas, 2013, p. B7).

Não se trata de uma exceção, como o jornalista bem sabe:

Em várias cidades do interior de São Paulo, de Minas, do Nordeste e do Estado do Rio, prefeitos derrotados vingaram-se de suas populações criando ou agravando o caos. As escassas notícias a respeito informam de destruição de remédios do estoque municipal, desmontagem das condições mínimas de funcionamento de serviços (Freitas, 2013, p. B7).

Os prefeitos que causam essas calamidades geralmente não são responsabilizados. É mesmo raro que isso aconteça. E, quando sucede serem eles processados, contam com as falhas do judiciário e suas delongas, com o

amparo da chicana. Valem-se, também, do tráfico de influências e de outros meios escusos para escapar da punição. Muitas vezes, têm êxito. Assim os desastres que eles são capazes de causar por conta da negligência, do acaso, da Moira. Desgraças provocadas de modo calculista viram fatalidade. Os responsáveis são conhecidos, são notórios, mas sua culpa se dilui no esquecimento, na leniência geral. A população sente-se impotente, chora sua desgraça como se fosse imposição do destino.

Vejamos outros tipos de situação que tipificam atos de violência fria. O que ocorre, por exemplo, quando se quer realizar uma grande obra urbana, como uma rodovia ou uma ponte? Uma vez aprovado o projeto, procede-se à desapropriação, por utilidade pública, das áreas de interesse para a obra. A desapropriação é uma ação da administração pública, por outro lado a do Estado, justificado por interesse público. Um dos princípios mais importantes do Estado democrático de direito corresponde ao imperativo da prevalência do interesse público sobre o privado. Todavia, impor a não confundi-*interesse público* com *interesse de Estado*. Interesse público significa interesse da coletividade e não da administração, do administrador. É o interesse da coletividade que tem supremacia sobre o interesse do particular. Definir o interesse público a partir da identidade de quem tem o ônus de cidi-lo (o Estado) constitui uma inversão lógica. Como o Estado democrático é insistentemente de realização dos interesses da coletividade, o interesse público existe antes do Estado, e não em razão dele. Segue-se que o interesse público, entendido como interesse da coletividade, é o fim último da ação estatal.

Existem inúmeras dificuldades para uma definição adequada de interesse público numa sociedade plural. Além disso, há interesses públicos concretos que podem entrar em conflito. No caso da função de planejamento territorial, por exemplo, a autoridade administrativa competente deve decidir que interesses defender, entre os interesses públicos envolvidos e conflitu-

an'es: o in'eresse econômico-prod'ivo, o in'eresse habi'acional, o' o in'eresse paisagís'ico.

N'm Es'ado democr'ico, não há dúvi-da de q' e o car'acter pl'ural e diversificado da cole'tividade deve ser considerado na pondera-ção dos in'ereses.

Dific'ldades para 'ma ponderação efe-íva de in'ereses diversos – e, por vezes con-fli'an'es – ligam-se ao fa'õ de q' e a diversida-de do corpo social não se acha represen'ada de forma efe'iva nas ins'ti'uições responsáveis pela 'omada de decisões. Para q' e os diversos in'ereses en'rem na ponderação, se's por'adores devem 'odos par'icipar do processo decis'rio, median'e 'ma disc'ssão verdadei-ramen'e pública, ins'ti'ucionalizada a'rávés de ins'r'men'os hábeis, sem desconsiderar s'as diferenças. Isso cons'ti'ui 'm desafio para a democracia represen'a'iva e, de forma mais ampla, para a nossa herança polí'ica moderna. Os riscos q' e correm diversos gr'pos por'adores de in'ereses dis'in'os, por não 'erem voz, podem decorrer de não es'arem eles represen-ados de forma efe'iva nas ins'ti'uições, mas 'ambém cos'ham derivar da limi'ação dos mecanismos par'icipa'ivos concebidos a par'ir de 'ma ideia 'niversalis'a de generalidade e “*same-ness*” (Yo'ng, 1998). O primeiro passo é reconhecer as diferenças e não rechaá-las a'rávés do habi'ual ar'ifício de considerá-las circ'nscri'as a 'ma esfera do privado s'pos'a-men'e incapaz de a'ngir a esfera pública.

Para q' e os gr'pos desavan'ajados não sejam silenciados e para q' e não se reprod'-zam os mecanismos falhos da represen'ação, devem ser criados e implemen'ados dispo-si'ivos de par'icipação democr'ica q' e não par'am do press'pos'õ de 'ma h'manidade indiferenciada.⁴ Não somen'e esse 'ipo de ge-neralização 'em como conseq'ência silenciar

por'adores de in'ereses diferenciados. Recor-ren'es em nossa his'ória polí'ica são disc'rsos baseados nos mi'os do progresso, do desenvol-vimen'õ q' e, além de j's'ificarem e promo-verem polí'icas governamen'ais disc'íveis, prod'zem 'ma falácia m'i'io poderosa (Hols-ón, 2008). Essa falácia consis'e em generalizar como in'eresse público, o' bem com'm, algo q' e, em verdade, nada mais é q' e o in'eresse de 'ma parcela – e prod'zir, de modo ar'ificioso, 'ma adesão da pop'lação a esse 'ipo de disc'r-so. Desdobramen'os concre'os de semelhan'e engodo são os a'os de repressão q' e 'olhem reivindicações legí'imas, 'ráadas como q'es'ão de seg'rança e de ordem pública, em vez de re-conhecidas como q'es'ões polí'icas e socioeco-nômicas con'roversas, a serem disc'idas.

Os processos de generalização descri'os podem silenciar os por'adores de in'ereses dife-renciados, res'l'ando em maior v'ulnerabilidade dos gr'pos s'bme'idos a conseq'ências inj's'as de in'ervenções vol'adas para os obje'ivos de 'ma minoria privilegiada. Esses gr'pos veem-se, freq'en'emen'e, impossibili'ados de iden-íficar os reais por'adores de in'ereses opo'sos aos se's. Q'ando isso ocorre, não conseg'em form'lar disc'rsos crí'icos de oposição legí'ima, nem empreender ações cole'ivas 'empes'ivas em defesa dos próprios direi'os f'ndamen'ais.

M'i'as vezes, calamidades res'l'am de in'ervenções em áreas onde o Es'ado ass'me as me'as de l'cro de po'cos como se foram de in'eresse público. Não raro, essas calamidades são descri'as como se não ho'vesse a 'ores. Os responsáveis ficam oc'l'os a'rás de 'ma ne'ra máscara ins'ti'ucional e, mesmo q'an-do não conseg'em esconder de 'odo s'a res-ponsabilidade, logram man'er-se, na prá'ica, inimp'áveis, o' q'ase. M'i'as vezes, ficam mesmo imp'nes. Os danos q' e eles ca'sam “na'alizam-se”, o' são pos'os na con'a de 'ma 'ransformação his'órica, de 'ma inj'ção do progresso, “das circ'ns'ências”, e por aí vai... As ví'imas se amon'eam na vala com'm do anonima'õ. A dis'ância 'emporal en're os a'os danosos e s'a conseq'ência 'ambém pode

⁴ Herança do pensamen'õ polí'ico moderno, o ideal do reinado público da cidadania como a expressão de 'ma von'ade geral e homogênea é considerado problemá'ico por alg'ns a'ores (Kymlicka, 1998, Yo'ng, 1998), pois opera como 'ma demanda de homogeneidade en're cida-dãos (Yo'ng, 1998). Para 'm aprof'ndamen'õ dessa crí'ica às abordagens 'niversalis'as da cidadania, q' e s's'en'a a passagem de 'm 'niversalismo polí'ico a 'm 'niversalis-mo epis'emológico, reme'emos à lei'ra de Yo'ng, 2008.

servir de biombo para os agressores. Eles podem alcançar a *ê* m s^êcesso mais comple^o: a legalização de s^êas prá^îcas de “violência fria”.

Daremos logo ^ê m exemplo dessa si^êação-limi^ê, em q^ê se legaliza o ilegí^îmo com pesadas conseq^êências: os próceres do agoneg^ocio, no Brasil, ^êm conseq^êido man^êer em ^êso legal agro^oxícos da mais al^êa peric^êlosidade, proibidos pra^îcamen^ê em ^odo o m^êndo. Doenças graves e mor^êes penosas ocorrem em conseq^êência disso, mas, en^êre a ca^êsa e o res^êl^êado, medeia ^ê m ^êmpo q^ê não deixa a e^ol^ogia manifes^êar-se com clareza chocan^ê. Mesmo havendo comprovação do nex^o e^ol^ogico, os casos não são devidamen^ê regis^êtrados nem comp^êados, de modo q^ê os óbi^os se ^êrivalizam, escapando, a ^ê, aos levan^êamen^os epidemiol^ogicos. Assim, danos severos à saú^êde pública não são devidamen^ê apreciados, e o desg^êse ambien^êal q^ê pode comprom^êer gerações permanece escondido. No en^êan^o, os responsáveis sabem m^êi^o bem desses efei^os, não ignoram o impac^o dele^êrio de s^êa prá^îca. O dano severo ca^êsado conscien^êemen^ê, q^ê afe^êa a vida de m^êi^os, por cer^o deve carac^êerizar-se como violência. A il^êsória dis^êância en^êre a de^êrminação e o res^êl^êado, o fa^o de q^ê os ofensores não in^êeragem dire^êamen^ê com as ví^îmas e não as vis^êalizam nem ^oomam conhecimen^o delas no plano pessoal, man^êendo-se dis^êan^ês, são os fa^ores q^ê ^orn^êam “fria” ^êal violência. Ela só pode se realizar nos casos q^ê e aq^êi nos in^êeressam, com apoio de cúmplices poderosos, inves^êidos de a^o ^oridade (governan^ês, conselheiros, f^êncionários e^oc.). A v^êlnerabilidade da pop^êlação nas áreas em q^ê e s^êcede agressão imp^êne ao cole^êivo pode a^êmen^êar por con^êa disso. Assim, a imp^êuidade de q^ê e desfr^êam agen^ês responsá^êveis por danos de grande escala serve de es^êím^êlo a o^êros empreendimen^os do mesmo ^êipo. As carências de q^ê e a pop^êlação a ^êngida sofre ^êambém a fragilizam nesse sen^êido.⁵

⁵ Pela mesma lógica perversa, a desig^êaldade regional e o racismo ambien^êal orien^êam, ^êambém, a escolha de espa^os para formas de exploração preda^oria de rec^êrsos na^êrais, o^ê a ^ê para a deposição de deje^os perigosos e^oc.

Além da corr^êpção p^êra e simples de agen^ês públicos, o^ê de s^êa in^êimidação – o^ê ainda, em úl^êima ins^êância, de s^êa criminalização, no caso de se fazerem den^êncian^ês – concorrem para viabilizar a agressão ao cole^êivo as manobras polí^îcas q^ê envolvem o desaparelhamen^o de agências es^êa^êais reg^êladoras, o enfraq^êecimen^o de conselhos com^êni^êários, a criminalização de lideranças de movimen^os sociais e^oc. Mas convém assinalar ^ê m fa^oor condicionan^ê q^ê e m^êi^o se elide: a manip^êlação do aparelho de Es^êado com fins de priorizar in^êeresses privados em de^êrimen^o do público vem a ser m^êi^o favorecida q^êando se verifica ^ê m eclipse do planejamen^o propriamen^ê di^o, s^êa perversão o^ê dis^êorção.

A dis^êorção principal consis^ête na orien^êação perversa do planejamen^o, q^ê e deveria ser público, mas res^êl^êa cond^êzido por empreendedores privados e divorciado dos in^êeresses da pop^êlação local, ao cabo privada de meios de in^êervir no processo de ^omada de decisões q^ê e lhe afe^êam signific^êivamente a vida.

O^êro fa^oor q^ê e pesa na aferição da v^êlnerabilidade polí^îca de ^êma pop^êlação vem a ser o próprio his^orico de s^êas experiências em ^êrmos de danos socioambien^êais e o^êros, considerando:

- o passivo socioambien^êal e o balanço de even^êais reparações;
- o passivo e^opolí^îco e o balanço de even^êais reparações;
- a ponderação da recorrência de confli^os com base na demanda de direi^os a propriedade, posse e ^ês^êfr^êo de ^êerri^orio e de rec^êrsos na^êrais por par^ê de na^êivos na área considerada;
- a acessibilidade das ins^êâncias públicas a demandas com^êni^êárias e o padrão de respos^êa correla^o;
- a ponderação dessas demandas e dos direi^os com^êni^êários no planejamen^o regional com base na par^êcipação dos in^êeressados;
- a eficácia dos con^êroles sociais rela^êivos à exec^êção de polí^îcas públicas e de in^êervenções diversas na área, o q^ê e ^êm a ver, en^êre

outras coisas, com o grau de organização da sociedade civil nesse âmbito, mas também com os procedimentos de governança;

- o grau de aparelhamento e de eficácia dos controles governamentais legalmente fundados, no que toca a iniciativas parciais capazes de afetar o interesse público na área em estudo (ação de agências reguladoras e c.);
- a natureza do planejamento efetado na esfera pública de governo, a efetividade da participação comunitária no processo e seu controle social.

Quanto ao último requisito listado acima cabe um esclarecimento. A insuficiência do planejamento urbano e regional nem sempre significa inexistência de planos, falta de projetos. Mesmo que eles proliferem, deve-se falar em crise ou eclipse do planejamento se projetos e planos não formam corpo nem conjunção sistêmica, ordenado, estruturado de modo a compor uma visão sinótica e de longo alcance das áreas visadas e de seu potencial de desenvolvimento, expressa em diretrizes gerais, com metas definidas e horizonte temporal significativo, tendo por base estudos científicos e conclusões que garantam efetiva participação de todos os segmentos organizados da população interessada. A multiplicação de projetos pontuais, sem articulação que os coordene, nem de longe supre a necessidade assinalada.

A produção de um macroplano dessa ordem cabe, naturalmente, à instância pública: é uma responsabilidade de que o Estado não pode fugir e para a qual deve se aparelhar devidamente, com um corpo técnico capacitado e estável. Ora, dá-se que, nas últimas décadas, o Governo da Bahia perde quadros técnicos e tornou-se muito dependente da iniciativa privada no tocante a planejamento e elaboração de projetos públicos.

Em encontro realizado em 18 de fevereiro de 2010, representantes do Movimento Vozes de Salvador e do Fórum “A Cidade Também é Nossa”, que reúnem dezenas de instituições da sociedade civil organizada com sede em

Salvador, apresentaram ao Governador do Estado essa carência, assinalando a necessidade inelutável de uma instituição voltada para a qualificação de quadros, a realização de pesquisas e de avaliações de políticas públicas: um centro de formação, subordinado à Secretaria Estadual de Planejamento, capaz de fazer-se responsável pela geração de um pensamento estratégico sobre o desenvolvimento baiano. Na oportunidade, sugeriu-se também que fosse reaparelhada a Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (CONDER), de modo que ela voltasse a ter sua especificidade e seu foco original. Essa proposta refletiu a preocupação de todos com a situação atual da Região Metropolitana de Salvador,⁶ pois a CONDER, instituída em 1973 com a incumbência de planejá-la, nunca conseguiu criar um plano diretor para a cidade. Mais grave ainda: quando incorporou a Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (URBIS), além de perder o foco metropolitano, a CONDER simplesmente deixou de ser um órgão de planejamento, passando a executar obras em todo o estado.⁷ “Fazejamento” dispersivo, em vez de planejamento.

Como se sabe, a capital baiana vive uma profunda crise (econômica, fiscal, social) e é em como única opção de crescimento a expansão para fora, rumo à RMS. Como argumentaram as lideranças presentes ao referido encontro, a fim de garantir a Salvador crescimento ordenado nesse contexto, torna-se indispensável a criação não só de um órgão de planejamento técnico e autônomo como também de um Conselho Metropolitano com representação do estado, dos municípios envolvidos e da sociedade civil.⁸

⁶ A RMS compreende os municípios de Camaçari, Can-deias, Dias d'Ávila, Iaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maia de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. Sua área de influência abrange os estados da Bahia e de Sergipe, parte de Alagoas, Pernambuco e Piauí. É a RM mais rica do Nordeste.

⁷ URBIS - Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A.

⁸ Buscando superar a inconsistência do PDDU de Salvador, que, em seus dois defeitos, não levou em conta a RMS, o Fórum e o Movimento propuseram também a realização, em parceria com o Governo do Estado, do Seminário Salvador Metrópole, de que foi apresentado projeto à Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Como então se ponderou, o debate sobre o tema interessa

Ainda no referido texto, evoca-se o histórico de grandes projetos frustrados (paralisados a meio caminho ou com sérios problemas), cujo peso maior onera a Bahia e principalmente sua capital: projetos como o Parque Atlântico, a Via Náutica, o Bonde Moderno, o Metrô e c., que não funcionaram por falta de planejamento adequado e por terem sido implantados sem consulta à sociedade, em particular sem que se ovisse a comunidade técnica representada pelas associações profissionais, pelos grupos ambientais e pelos núcleos de pesquisa universitários, cuja participação foi nula em sua elaboração e implementação. Hoje se projetam grandes obras públicas (como a ampliação do Porto de Salvador, a Via Expressa, o Polo Naval, a Ponte Salvador-Iaparica e c.) que forçosamente produzirão impactos ambientais e sociais. Pondera-se que esses impactos podem ser minorados se os estudos competentes forem seguidos de debate crítico em um fórum metropolitano e de consultas sistêmicas à sociedade. O Governador do Estado concorda com essas ponderações, mas nenhuma medida concreta foi tomada para fazer valer as propostas que lhe foram levadas na oportunidade.

Em suma, não houve qualquer avanço. Não há um Plano Diretor Metropolitano para essa região, que engloba a maior e mais importante área da Bahia de Todos os Santos (BTS), que contém a serena Área de Proteção Ambiental (APA) sem plano de manejo. Seu zoneamento econômico e ecológico a é agora não se realizar. Tampouco existe um Conselho Intermunicipal que se empenhe no ajuste de políticas públicas nesse espaço, embora seja grãnta a necessidade. O anunciado Plano Diretor da BTS também se efetivou. Mas pelas intervenções pontuais e grandes projetos estão sendo lançados.

Na urbe que nucleia a RMS (uma cidade com cerca de dois milhões e seiscentos mil habitantes, enquanto os outros municípios

à sociedade civil organizada, participaram aos movimentos pela moradia e inclusão social, que, na luta pelos seus direitos, consolidaram a avançada legislação urbana representada pelo Estatuto da Cidade.

não passam, em média, dos quarenta mil), o planejamento urbano há muito que está em crise: a rigor, deixou de existir nas últimas décadas. Evidência dessa crise é a trajetória recente da implementação do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, cuja aprovação à sorrelfa e cujas precipitadas reformas foram questionadas judicialmente pelo Ministério Público e por importantes setores da sociedade civil organizada. Uma Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano (LOUOS), que deveria regulamentá-lo, incluiu emendas ao PDDU antes barradas pela Justiça por não se conformarem aos trâmites legais – e foi votada às escordas. Em face de liminar que se lhe opôs, nova versão foi encaminhada à Câmara dos Vereadores sem que se desse tempo para exame responsável pelos edis. Também está nova LOUOS teve questionada sua aprovação, feita sem as devidas consultas públicas e sem a apreciação pelo Conselho da Cidade, como previsto em lei. Deu-se um novo impasse, com o pronome questionamento das ilegalidades acasadas pelo Ministério Público. O resultado é o embaraço legal que complica a situação de pra desordem urbana hoje verificada na capital da Bahia.

Entre outras coisas, é digno de nota o fato de que o PDDU de Salvador, na versão ainda em vigor, não faz referência à RMS e minimiza a importância da Bahia de Todos os Santos, embora vise a uma urbe conhecida popularmente como Cidade da Bahia.

Em suma, Salvador, a mais antiga e uma das mais importantes metrópoles brasileiras, não é tratada como metrópole. Sua gestão lhe ignora o entorno, o nicho do qual ela compõe um poderoso núcleo.

Na verdade, consagrou-se um colapso do planejamento urbano e regional no Estado da Bahia. Vale repetir: planejamento de verdade tem de ser sistêmico e participativo. O que se viu o “participação democrática” é de vital importância. Um instrumento fundamental que pode garantir isso são os conselhos comunitários. Mas é preciso que eles sejam constituídos

como se deve e sempre respeitados.

Isso não acontece na Bahia. Basta que se pense na reforma do Conselho Estadual de Preservação Ambiental (CEPRAM), que lhe alterou a composição em prejuízo da participação da sociedade civil e, na prática, o poder deliberativo, limitando de forma severa seu funcionamento. A instituição de um processo de autolicienciamento ambiental corrobora o desarranjo.

A Lei Estadual (LE) 12.377/2011 provocou alterações significativas tanto na L. E. de nº 10.431/2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, como na Lei 11.612/2009, relativa à Política Estadual de Recursos Hídricos. Além disso, a Lei 11.051/2008 que reestrutura o Grupo Operacional de Fiscalização e Regulação. O Ministério Público Estadual (MPE-BA) reagiu a essas alterações abstrativas, encaminhando exposição de motivos à Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), que ingressou com uma representação junto à Procuradoria Geral da República (PGR), pedindo a proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) perante o Supremo Tribunal Federal, com vistas a sanar inconsistências e ilegalidades da L. E. nº 12.377/2011. Um dos principais pontos questionados pelos membros do MPE foi justamente a diminuição da participação popular nos processos de licenciamento ambiental.

Mas não é tudo. Entre outros vícios da referida lei, destaca-se a instituição da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC), que assegura o direito subjacente à obtenção do licenciamento após serem preenchidas algumas formalidades por meio digital. Observaram os promotores que a LAC não se reveste das necessárias garantias exigidas para a proteção ambiental e, ainda por cima, viola o processo de licenciamento.

De fato, raia o absurdo conceber que o empreendedor, com base apenas em sua própria declaração a respeito de potenciais impactos, avaliados segundo seu exclusivo juízo,

produza para si mesmo, por meio eletrônico, uma licença ambiental – e, assim, fique imediata e imediatamente autorizada a deflagrar sua atividade, sem passagem por oitavo crivo. Os efeitos desse *laissez-faire* só podem ser negativos, mesmo se o empreendimento for de baixo impacto. Nos casos de médio (ou alto) potencial poluidor, será certamente grave a consequência de semelhante arbítrio. Segundo assinalado com absoluta pertinência o promotor de Justiça Marcelo Gêdes, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promoções de Justiça do Meio Ambiente (CEAMA), a LAC rejeita o poder discricionário da Administração Pública de fazer análise prévia dos impactos que o empreendimento pode gerar no meio ambiente, além de ferir o princípio da precaução, que implica uma ação antecipatória à ocorrência do dano ambiental. Observaram ainda ilustres membros do Ministério Público que, desse modo, a lei em tela subverte o ordenamento jurídico ambiental do Estado da Bahia a competência licenciatória do órgão colegiado, ao tempo em que rejeita a previsão normativa das conselhas públicas anteriores à existência pública, afastando a sociedade da participação nas decisões de relevância interesse no plano ambiental.⁹ Não resta dúvida de que isso atenua a vulnerabilidade de importantes ecossistemas do território baiano.

Em suma, temos agora um CEPRAM mutilado. Mas ele não é o único Conselho importante nessa situação. O Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos praticamente não se reúne. A Associação Baiana de Imprensa rejeita-se dele por considerá-lo ineficiente e pouco democrático.

Em Salvador, o ex-prefeito Carneiro ignora as exigências da lei e as reclamações da sociedade civil, proclamando abstrativamente a implantação do Conselho Municipal da Cida-

⁹ Além disso a malfadada lei institui que a perfuração de poços artesianos poderá ser dispensada de oitavo órgão de direito de uso de recursos hídricos ou de manifestação prévia, contrariando o que dispõe a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), que prescreve a obrigatoriedade de o órgão para o uso de águas subterrâneas a través dos poços artesianos.

de; quando, por fim, o insólito, nos últimos dias de sua segunda gestão, tirou-lhe o poder deliberativo preconizado pela legislação federal, além de alijar-lhe a composição. Se o sucessor, a ele o momento, não se definiu no oitocano é a isso; apenas insitivamente, por decreto, o Conselho de Salvador com caráter meramente consultivo, ligado a seu gabinete.

Essa casação de conselhos ocorre em outras regiões do Brasil. Muitos dos nossos governantes ainda veem a participação democrática na gestão como um óbice, um embaraço que se esforçam por contornar.

É com isso, também, que as consultas públicas sobre temas de vital importância para o povo sejam dispensadas, em detrimento do que reza a lei. Quando são realizadas, perfazem-se de forma inconsequente, periférica, com uma espécie de rito bisonho em que autoridades proferem longas exposições, cansativas, mas inocuas, com o único propósito de gastar o tempo e, assim, restringir a fala dos representantes da sociedade civil. Por vezes, escolhem-se datas e horários em que se torna difícil o comparecimento do público interessado. Em geral, os dados técnicos são apresentados sem que se tenha o cuidado de traduzi-los em linguagem compreensível para todos, o que são expostos de maneira tão esquemática, imprecisa e críptica, que mesmo especialistas, sem o tempo necessário para um exame adequado, têm dificuldade de entender e discutir as propostas. Os documentos pertinentes raras vezes são disponibilizados. Ainda que as colocações feitas por membros de movimentos sociais e de outros setores da sociedade civil sejam rapidamente ignoradas. Nesses casos, a audiência se transforma em jogo de cena, destinado a simular o comprometimento de uma obrigação legal. Concluído o espetáculo, o projeto segue-se como havia sido predeterminedo, esquecidas as ponderações, os reparos e as objeções dos “consultados”. Porém o mais comum é que a informação sobre planos e projetos capazes de afetar a vida da população seja “economizada”, mantida longe

do conhecimento geral – o que, no máximo, exposta em linguagem pública, em código de *marketing*. O mais grave é que os necessários estudos de impacto são geralmente eludidos e nunca (o que acontece nunca) apresentados. Alternativas para um procedimento julgado necessário não são consideradas à luz desses estudos.

Essa situação não constitui uma novidade. Já em 2004, a proposta do desenvolvimento e planejamento urbano, o relator especial das Nações Unidas para a Moradia Adequada, Miloon Kharri, em sua visita ao Brasil, informava:

[...] existem ainda uma contradição com relação aos processos participativos. Ainda que a democracia e a sociedade civil sejam fortes e, ainda mais, que o governo federal em participar é assegurar a participação no processo de decisão aliado à realização de conferências nacionais, existe uma lacuna de participação real no planejamento e desenvolvimento de planos e alocações de recursos a nível local. O Estado da Cidade se constitui em um instrumento para a elaboração participativa no desenvolvimento de planos e alocação de recursos e prevê mecanismos inovadores relativos a: zonas especiais de interesse social, estudos de impacto de vizinhança, segurança da posse e regulamentação fundiária. No entanto, de acordo com depoimentos dados sobre o desenvolvimento do Plano Diretor de cidades como Fortaleza e Salvador, onde importantes recursos são gerados a partir do turismo, o acesso à participação e desenvolvimento do planejamento urbano tem sido negado a movimentos da sociedade civil, apesar de, no caso de Salvador, existir uma ordem judicial (Kharri, 2004, p. 6).

A democracia representativa não é suficiente para assegurar o Estado de direito. Como demonstrado por Holsón (2008) os processos e práticas que definem a cidadania são “inerentemente disjuntivos e não cumulativos. Não são lineares nem igualmente distribuídos entre cidadãos, antes envolvem uma mistura de elementos regressivos e progressivos” (Holsón, 2008, p. 311 tradução nossa). Torna-se necessário, portanto, que diversos grupos de interesse tenham garantida a possibilidade de participar do debate público, da construção da negociação de direitos.

Não se pode desprezar a dimensão material da política. Coisas como acesso à água,

infraestruturas sanitária, saúde, segurança e integridade do corpo não podem ser negligenciados na consideração da cidadania. Não importam menos do que a prerrogativa de votar (Holsón, 2008). Ponderando esses fatos, conclui-se que a vulnerabilidade política desdobra-se em outras vulnerabilidades.

As características brutas dos processos de violência fria costumam ser mascaradas por discursos ideológicos celebrativos da “modernização” e do “desenvolvimento”, utilizados para produzir o indizível consenso, o aparençá-lo, forjando, assim, uma identificação entre a população e o Estado extremamente “desigalitário” na distribuição de recursos e direitos. O efeito desses discursos torna-se visível no diálogo com os grupos afetados por semelhantes processos. Eles frequentemente não sabem como defender-se, nem contra quem. São vítimas dos danos colaterais de um desenvolvimento que, de saída, os exclui.

Recebido para publicação em 09 de agosto de 2014
Aceito em 22 de julho de 2015

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA DE MELLO, C. A. *Curso de Direito Administrativo*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- BRASILINO, L. Quando o réu vira vítima. Enrevisada com Fátima de Sanctis. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, Insígnia Pólis, no. 50, p. 4, set. 2011.
- CASSIDY, J. *How markets fail: the logic of economic calamities*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010.
- FREITAS, J. De. Atores de desgraças. *Jornal a Tarde*, Salvador, 8 de janeiro de 2013, p. B7.
- HOLSTON, J. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.
- KHOTARI, M. Observações preliminares do relator especial das Nações Unidas para a moradia adequada, Sr. Miloon Khotari, sobre sua missão ao Brasil (30 mai.-11 jun. 2004) in Coleção de Imprensa. Salvador, 11 jun. 2004, 10p. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/911/911.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- KRUGMAN, P. Corporação cash con. In: *The New York Times*, New York, 3 jul. 2011.
- KYMLICKA, W. Multicultural Citizenship. In: SHAFIR, G. (org.) *The Citizenship Debates: A reader*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. p. 167-188.
- MARSHALL, T.H. Citizenship and Social Class. In SHAFIR, G. (org.) *The Citizenship Debates: A reader*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. p. 93-112.
- SASSEN, S. The Repositioning of Citizenship: Emergent Subjects and Spaces for Politics. *Berkeley Journal of Sociology*, Berkeley, n. 46, 2003. p. 4-25.
- UNAMUNO, M. de. *Del sentimiento trágico de la vida en los hombres y en los pueblos*. Madrid: Renacimiento, 1930.
- _____. *La agonía del Cristianismo*. Madrid: Edición Akal, 1983.
- YOUNG, I.M. Policy and group difference. In SHAFIR, G. (org.) *The Citizenship Debates: A reader*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. p. 263-290.

CONSIDERATIONS ABOUT COLD VIOLENCE

Ordep Serra
Lorena Volpini

The authors discuss the concept of vulnerability and apply it to the horizon of politics with the goal of talking about politics vulnerability and relating to what they call “cold violence”, that is, the one where agents have institutional projection that reduces or cancels their liability, due to the postponement of the effects of the predatory action and to how impersonal their relationship with the victims is, but also due to pressure on governments and control agencies. They discuss the issue of citizenship in highly unequal scenarios and examine the factors that make populations more or less politically vulnerable to socio-environmental damage. Among these factors they consider the manipulation of urban and regional planning with its limiting collaborative character and the inferences of private interests on public affairs during this policy-making. They also examine the recurrent confusion between ‘government interests’ and ‘public interests’.

KEYWORDS: Cold violence. Vulnerability. Planning. Citizenship. Inequality.

CONSIDÉRATIONS SUR LA VIOLENCE FROIDE

Ordep Serra
Lorena Volpini

Les auteurs discutent de la notion de vulnérabilité et l'appliquent au domaine de la politique. Ils proposent d'analyser la vulnérabilité politique et d'établir le lien avec ce qu'ils appellent, “la violence froide”. En d’autres termes, celle pour laquelle les agents de cette violence arrivent à se blinder institutionnellement afin de réduire ou d’annuler les responsabilités en raison d’un regard de ses effets prédateurs et de l’impersonnalité de sa relation avec les victimes, mais aussi par la pression exercée sur les gouvernements, les organismes de réglementation. C’est bien à propos que la question de la citoyenneté est remise en cause dans le cadre de grandes inégalités et que les facteurs qui rendent les populations plus ou moins vulnérables politiquement à des dommages environnementaux sont pris en considération. Parmi ces facteurs, la manipulation de la planification urbaine et régionale, avec ses limitations d’un point de vue participatif et l’inference d’intérêts privés dans l’administration publique, au niveau de cette politique de décision (policy-making). Par ailleurs, ils examinent aussi la confusion délibérée et consciente en re “les intérêts de gouvernement” et “les intérêts publics”.

MOTS-CLÉS: Violence froide. Vulnérabilité. Planification. Citoyenneté. Inégalité.

Ordep Serra – Doutor em Antropologia. Professor participante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Membro da Associação Brasileira de Antropologia, da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos e da SBPC. Coordenador do Movimento Vozes de Salvador e membro do Fórum “A Cidade Também é Nossa”. Produção principal em Antropologia da Religião, Antropologia das Sociedades Clássicas, Teoria Antropológica. Publicações recentes: *Os olhos negros do Brasil*, a ser publicado pela Editora da UFBA (no prelo); *Breve reflexão sobre os hinos órficos*. Revisão da Academia de Letras da Bahia, v. 52, p. 73-92, 2014; *Comentário ao artigo Pink, Green and Black*. Debates do NER, v. 00, p. 227, 2012; *A tenacidade do racismo*. Tempo e Presença Digital (Online), v. 00, p. 127-149, 2011.

Lorena Volpini – Doutoranda em Antropologia nessa mesma instituição. Aluna bolsista FAPESP e membro do grupo de Pesquisa Panoramas Urbanos (UFBA). Seus interesses de pesquisa envolvem a antropologia urbana, em particular os processos de engajamento coletivo em disputas sobre espaço urbano e reivindicações de participação na cidade de Salvador. Publicações recentes: *A diferença é idade: Uma reflexão sobre cidadania a partir das demandas por direitos de povos e comunidades tradicionais do Brasil*. In: Júlio Cesar de Sá Rocha; Ordep Serra. (Org.). *Direito ambiental conflitos socioambientais e comunidades tradicionais*. 1ed. Salvador: Edífrica, p. 63-80, 2015; *Vizinhança e lealdade, fama e prestígio: conhecendo regras e valores em um bairro popular da velha Salvador*. In: Urpi Monjaya Uriarte; Milon Júlio de Carvalho Filho. (Org.). *Panoramas urbanos: saber, viver e construir Salvador*. 1ed. Salvador. p. 177-201, 2014.